

**FUNDO ALTERNATIVO DE POUPANÇA
REFORMA/EDUCAÇÃO SANTANDER
POUPANÇA INVESTIMENTO FPR**

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO
PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

CONTEÚDO	PÁGINA
I - RELATÓRIO DE GESTÃO.....	3
II - RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	11
III - BALANÇO DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA/EDUCAÇÃO - SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014	15
IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA/EDUCAÇÃO - SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014.....	18
V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA/EDUCAÇÃO - SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014	20
VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2014	23
Nota 1 – Capital do Fundo.....	24
Nota 3 – Carteira de Títulos	25
Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos	27
Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial	30
Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro.....	31
Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações.....	31
Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados	31
Nota 15 – Custos Imputados.....	32
Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras.....	32

I - RELATÓRIO DE GESTÃO

Relatório de Gestão

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A dinâmica de crescimento no primeiro semestre do ano ficou caracterizada por uma elevada volatilidade e heterogeneidade entre regiões, mas com uma tendência mais clara de abrandamento, no final do semestre, em especial na zona euro e nos mercados emergentes.

Em Julho, o FMI reviu em baixa as projecções de crescimento para o ano de 2014, em 0,3pp, para 3,7%, uma alteração explicada, em grande medida, pelas perspectivas para os EUA, por um lado, e pelos mercados emergentes, por outro. Para a zona euro, a revisão reflecte-se em diferenças entre países, sem alterações no conjunto da união. O FMI mantém, contudo, as projecções para 2015, de um crescimento de 4%, baseado numa aceleração de todas as regiões da economia mundial. Contudo, os riscos estão enviesados em baixa, devido também ao risco geopolítico em algumas regiões do globo, sendo que de relevo para a Europa está o conflito na Ucrânia.

Os EUA contribuíram para uma maior desaceleração do crescimento, já que o PIB contraiu inesperadamente no primeiro trimestre, muito afectado por condições climatéricas adversas, que afectaram não só o investimento, através da actividade no sector de construção, como também a despesa de consumo das famílias. Este efeito foi já revertido no segundo trimestre, com uma reaceleração do PIB, que o FMI considera abrir perspectivas favoráveis para o ano de 2015.

Contudo, o mercado laboral continuou bastante dinâmico, com uma criação média mensal de 230 mil postos de trabalho desde o início do ano, o que permitiu uma mais rápida descida da taxa de desemprego, para 6,2% em Julho.

Fruto desta evolução, a Reserva Federal dos EUA continuou a reduzir gradualmente o volume de aquisição de activos financeiros (“tapering”) para um ritmo mensal de 25 mil milhões de dólares. A manter-se este ritmo de redução, em Novembro, o actual ciclo de “quantitative easing” estará concluído. Permanece ainda o debate interno quanto ao momento do início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, que os investidores antecipam poder ocorrer no primeiro semestre de 2015, mas que avaliam igualmente, fruto das declarações dos responsáveis norte-americanos, ser implementado de forma gradual, com as principais taxas de juro de referência a permanecerem em níveis mínimos.

A discussão sobre o início deste processo de “tapering” e a sua execução teve um impacto relevante sobre os mercados emergentes, que tinham beneficiado, nos últimos anos, da liquidez gerada pela intervenção dos bancos centrais. Assistiu-se a uma saída massiva de fundos destes mercados, causando perturbações

cambiais e obrigando a intervenções, pelas autoridades, incluindo subidas das taxas de juro de referência. África do Sul, Turquia e mesmo o Brasil, já este ano, adoptaram medidas, como a subida acentuada das taxas de juro de referência, para travar a depreciação cambial que as suas divisas estavam a registar.

Em resultado, uma parte significativa destes fundos foram canalizados para a Europa, contribuindo, juntamente com dados económicos favoráveis (no início do ano), para uma valorização dos mercados accionistas e uma descida das taxas de juro de médio e longo prazo.

Na zona euro, o semestre iniciou-se com um maior dinamismo face ao esperado, com a generalidade dos indicadores de actividade a revelarem, de forma generalizada, uma aceleração da actividade e subsequente revisão em alta das perspectivas de crescimento. Contudo, durante o segundo trimestre, a situação reverteu-se e em alguns países houve mesmo uma contracção do PIB, aumentando a heterogeneidade dos ritmos de crescimento entre os membros da zona euro, em especial entre a Alemanha e demais países.

As novas previsões do FMI para o crescimento do PIB na zona euro em 2014 reflectem precisamente esta dinâmica diferenciada. Embora a projecção para o conjunto da zona euro tenha ficado inalterada face ao cenário de Abril, em 1,1%, houve uma revisão em alta da projecção para a Alemanha, compensada por uma revisão em baixa para França e Itália, países cujo sector industrial tem revelado maior debilidade.

Este quadro de crescimento abaixo do potencial, mas em especial de uma maior desaceleração da inflação que, em Julho, se situou em 0,4%, levou o Banco Central Europeu, em Junho, a descer as principais taxas de juro de referência e a anunciar um conjunto alargado de medidas destinado a relançar o crédito bancário e, por esta via, apoiar o crescimento económico e uma reaceleração da inflação.

A taxa das operações de refinanciamento baixou para o mínimo histórico de 0,15% (uma redução de 10pb), enquanto a taxa da facilidade de depósito junto do BCE passou a ser negativa. Com esta medida, o BCE procurará que o sector financeiro reduza o volume de depósitos que detém junto do BCE (mas que já se reduziu significativamente desde os máximos de 2012) e os canalize para a economia real. Em simultâneo, o BCE anunciou que manterá a cedência ilimitada de liquidez até ao final de 2016.

O segundo pacote de medidas anunciado consiste num conjunto de operações de refinanciamento de prazo alargado direccionadas (ILTRO, na sigla em inglês), através das quais o BCE cederá liquidez: (i) numa primeira fase, num montante até 7% da carteira de crédito a empresas e famílias (excluindo hipotecas); e (ii) numa segunda fase, até 3 vezes a variação líquida do crédito, relativamente a uma referência, definida como a variação do crédito acumulada nos 12 meses até Abril de 2014. Estas operações, com a duração máxima de 4 anos, terão uma taxa de juro fixa, equivalente à taxa refi do momento da tomada de fundos, adicionada de 0,1pp. Na primeira fase, o montante de liquidez elegível é de quase 400 mil milhões de euros adicionais.

O BCE, nas suas comunicações posteriores, dá indicação de que pretende obter informação sobre a procura de liquidez nestas novas operações, antes de ponderar novas medidas de apoio à recuperação económica na Europa. Contudo, irá continuar a envidar esforços para relançar o mercado de titularizações de créditos, em especial crédito a empresas.

Os mercados accionistas registaram máximos históricos, durante o primeiro semestre, em especial nos EUA, mas também na Europa, fruto de resultados positivos e de um sentimento generalizado de optimismo e menor aversão ao risco. Já no final do semestre, a aversão ao risco regressou, resultando numa correcção em baixa dos principais índices, sendo que em Portugal o PSI20 foi especialmente afectado pelos eventos relativos ao Banco Espírito Santo.

As yields de longo prazo corrigiram dos máximos verificados no início do ano, reagindo a dados económicos menos favoráveis, conhecidos durante o segundo trimestre, e posteriormente influenciados por um movimento de fuga para a qualidade, no quadro de desinvestimento em mercados accionistas. Este efeito foi mais visível na Europa, com as yields alemãs a retrocederem para mínimos.

Economia Portuguesa

No final do primeiro semestre, Portugal concluiu o Programa de Ajustamento Económico e Financeiro (PAEF) acordado com as instituições internacionais em Abril de 2011, no âmbito do qual recebeu um montante de financiamento de cerca de 76 mil milhões de euros.

Portugal prescindiu da última tranche de financiamento, de cerca de três mil milhões de euros, devido à decisão de inconstitucionalidade, pelo Tribunal Constitucional, das novas regras de cortes salariais (que alargavam os cortes a salários a partir de 650 euros mensais). Para concluir a 12ª avaliação e receber a tranche final, Portugal teria de estender o prazo do programa e adoptar, num reduzido período de tempo, as medidas compensatórias.

Durante o primeiro semestre, o Tesouro manteve o acesso aos mercados financeiros internacionais, com várias emissões de dívida de médio e longo prazo, a 5 e 10 anos, as quais foram realizadas com forte procura e com taxas de juro progressivamente mais baixas. Em Junho, o Tesouro emitiu a 10 anos, à yield de 3,25% (que compara com uma emissão a 5,11% em Fevereiro). Em Julho, e pela primeira desde 2010, o Tesouro realizou uma emissão em dólares norte-americanos, à taxa de 5,23%.

A conjuntura económica durante o primeiro semestre caracterizou-se por um crescimento mais moderado do que o verificado no final de 2013, e que foi marcado por factores pontuais, como seja o encerramento temporário da refinaria de Sines, para manutenção, o que se materializou também na redução das exportações de produtos energéticos, e consequente impacto sobre o crescimento. No primeiro trimestre

de 2014, o PIB contraiu 0,6% em cadeia, devido em grande medida a este factor, mas terá já recuperado no segundo trimestre, após o reinício de laboração da refinaria.

Os indicadores de procura interna continuam a sinalizar uma recuperação moderada da actividade. O consumo privado tem vindo a expandir moderadamente, à medida que as famílias começam a repor os níveis de despesa que tinham cortado durante os anos de 2011 e 2012. A descida do desemprego, que caiu para 13,9% no segundo trimestre, recuperando os níveis de 2011, fruto de uma criação de emprego, contribuiu para a melhoria da confiança dos consumidores. Apesar de uma ligeira descida, a taxa de poupança permanece em níveis elevados, acima de 12%.

O investimento continuou a recuperar, apesar de ter havido a antecipação de alguns projectos para 2013, fruto de um incentivo fiscal à despesa de capital. No entanto, o inquérito ao investimento, realizado pelo INE e publicado em Julho, evidencia maiores intenções de investimento no corrente ano (+2,4%, face à anterior estimativa de +1,1%).

Esta melhoria está patente, em parte, nas dinâmicas de nova produção de crédito a empresas. Apesar de os volumes serem ainda historicamente baixos, nos meses de Abril e Maio registaram um crescimento homólogo de cerca de 5%. Também o inquérito às condições no mercado de crédito, publicado pelo Banco de Portugal, sinaliza uma moderação nas condições de concessão de crédito pelos bancos, assim como um aumento da procura por parte das empresas.

No entanto, o crédito total às empresas continua a reduzir-se, reflectindo, por um lado, a desalavancagem em curso na economia, e, por outro lado, factores específicos, como a assunção do financiamento de algumas empresas pelo Estado Português.

A contracção das exportações, associada à paragem técnica da refinaria de Sines, teve impactos sobre a balança comercial, que anulou o saldo excedentário que tinha alcançado no ano transacto, ficando uma melhoria dependente da recuperação das exportações.

A execução orçamental a Junho, na óptica da contabilidade pública (caixa), evidencia um agravamento do saldo orçamental face ao período homólogo, fruto de um maior crescimento da despesa (incluindo a despesa com pessoal), apesar do maior crescimento da receita, em especial de IRS e IVA.

Já em Julho, o Governo tomou uma série de medidas legislativas relativas aos salários e pensões, com o novo regime remuneratório e a substituta da contribuição extraordinária de solidariedade, mas que carecem ainda de validação pelo Tribunal Constitucional. Só após esta decisão tomará medidas correctivas, que afectem ainda a execução de 2014.

A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência Moodys, para Ba1 (um nível abaixo do nível de investment grade), com outlook estável. As demais agências mantiveram o rating, mas reviram o outlook para estável.

Política de investimento

O Fundo Poupança Investimento teve um retorno positivo de 3.31% no primeiro semestre. O desempenho foi gerado principalmente pela componente de obrigações da carteira e pelos investimentos no mercado accionista. Pela negativa, o fundo foi prejudicado em 0.8% pelo investimento em imobiliário.

O Fundo obteve ganhos de 2.55% na componente de obrigações durante o semestre, através do carry da carteira mas também dos ganhos de capital em dívida pública portuguesa e espanhola e emiteentes do sector financeiro. Em termos do mercado accionista, os ganhos foram de 2.22% no semestre, sobretudo através do investimento em Portugal e em Espanha. A exposição manteve-se entre os 20% e os 30%, sendo de 28% no final do período em análise. Foi mantida a preferência por mercados europeus face a mercados norte-americanos.

Evolução das Unidades de Participação

A evolução histórica das Unidades de Participação do Fundo e o respectivo valor unitário das mesmas nos últimos 5 anos foi a seguinte:

Ano	Número de Unidades de Participação	Valor da Unidade de Participação (€)
2009	4 358 046,20	17,394123
2010	4 097 282,67	18,141773
2011	3 441 226,31	16,847689
2012	2 919 031,02	18,210312
2013	2 671 177,35	19,272889

Performance

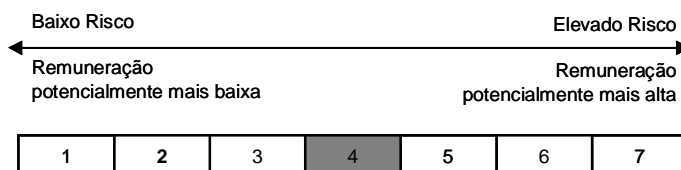
A evolução histórica das rendibilidades e risco do Fundo foi a seguinte:

Ano	Rendibilidade	Risco	Classe de Risco
1996	12,62%	1,51%	2
1997	13,50%	3,05%	3
1998	6,85%	5,75%	4
1999	4,50%	4,72%	3
2000	3,12%	3,50%	3
2001	-0,74%	3,80%	3
2002	-2,30%	3,20%	3

2003	5,37%	2,34%	3
2004	3,73%	2,41%	3
2005	5,76%	1,61%	2
2006	3,32%	2,49%	3
2007	2,67%	2,68%	3
2008	-18,61%	8,74%	4
2009	6,49%	5,34%	4
2010	4,30%	4,07%	3
2011	-7,14%	6,03%	4
2012	8,11%	3,47%	3
2013	5,83%	3,85%	3

(fonte APFIPP).

Nota: As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transacção, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo.
- No que respeita às comissões suportadas pelos Participantes existiram vários períodos de campanha que isentaram a comissão de subscrição. Actualmente a isenção da comissão de subscrição mantém-se para as entregas pontuais ou periódicas efectuadas no período compreendido entre 01/01/2014 e 31/12/2014.

As comissões suportadas pelo Fundo e pelos Participantes até 30 de Junho foram as seguintes:

Custos	Valor	%VLGF
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	408 395	0,79%
<i>Componente Variável</i>		
Comissão de Depósito	8 990	0,02%
Taxa de Supervisão	4 133	0,01%
Custos de Auditoria	1 683	0,00%
Outros Custos	-	0,00%
TOTAL	423 201	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		0,82%

Custos e Proveitos

O total de custos do Fundo, à data de 30 de Junho de 2014, foi de 8 518 333,04€.

O total de proveitos do Fundo, à data de 30 de Junho de 2014, foi de 10 203 829,57€.

Volume e Custos de Transacção

As transacções do Fundo foram realizadas no mercado nacional, nos mercados da União Europeia e em outros mercados. O volume de transacções registado no primeiro semestre ascendeu a 247.496.648,3€, dos quais 8.4% realizados no mercado nacional, 54.2% em mercados da União Europeia e 37.4% noutros mercados.

Os custos de transacção respeitantes a estas operações foram de 33.585,7€, repartidos em 3.1% pelo mercado nacional, em 79.6% por mercados da União Europeia e em 17.3% por outros mercados.

Evolução dos activos sob gestão

O valor total da carteira do Fundo, à data de 30 de Junho de 2014, era de 51 491 052,75€.

Eventos subsequentes

Importa referir os acontecimentos recentes ocorridos no Grupo Espírito Santo (GES) e no Banco Espírito Santo (BES). O fundo detinha, a 30/06/2014, dívida emitida por entidades pertencentes ao GES num montante de 0,49 milhões de euros, e dívida (sénior) emitida pelo BES num montante de 2,06 milhões de euros; estas posições representavam respectivamente 0,96% e 3,92% do valor global do fundo (VGF). Estes títulos foram entretanto alienados, com impacto negativo no Fundo de cerca de 0,5 milhões de euros, não existindo, à data de 06/08/2014, qualquer exposição a dívida do GES ou do BES.

Lisboa, 19 de Agosto de 2014

II - RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários (CVM) e nº 1 do artigo 102º do Decreto-Lei nº 63-A/2013, de 10 de Maio, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira do período findo em 30 de Junho de 2014, do **FUNDO ALTERNATIVO DE POUPANÇA REFORMA/EDUCAÇÃO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR**, gerido pela Santander Asset Management . Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, incluída no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 51 646 000 euros e um total de capital do Fundo de 51 491 053 euros, incluindo um resultado líquido de 1 685 497 euros), na Demonstração dos Resultados e na Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da entidade gestora Santander Asset Management . Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Investimento Mobiliário;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual,

clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração da entidade gestora, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação do adequado cumprimento do Regulamento de Gestão do Fundo;
 - a verificação da adequada avaliação dos valores do Fundo;
 - a verificação do cumprimento dos critérios de avaliação definidos nos documentos constitutivos;
 - a verificação da realização das operações sobre valores cotados, mas realizadas fora de mercado nos termos e condições previstas na lei e respectiva regulamentação;
 - a verificação do registo e controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação do Fundo;
 - a verificação do ressarcimento e divulgação dos prejuízos causados por erros ocorridos no processo de valorização e divulgação do valor da unidade de participação ou na imputação das operações de subscrição e de resgate ao património do Fundo nos termos e condições regularmente previstas;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e

- a apreciação se a informação é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **FUNDO ALTERNATIVO DE POUPANÇA REFORMA/EDUCAÇÃO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR**, gerido pela entidade gestora Santander Asset Management . Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA, em 30 de Junho de 2014, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Mobiliário, e a informação neles constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de, conforme referido no Relatório de Gestão, a carteira do Fundo em 30 de Junho de 2014 incluir, divida emitida por entidades pertencentes ao Grupo Espírito Santo (0,49 milhões de euros) e divida sénior emitida pelo Banco Espírito Santo (2,06 milhões de euros), a qual foi alienada até à presente data.

Lisboa, 29 de Agosto de 2014

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

Registada na CMVM sob o nº 1254

e representada pelo Dr. Henrique José Marto Oliveira - ROC nº 961

**III - BALANÇO DO FUNDO ALTERNATIVO DE POUPANÇA REFORMA/EDUCAÇÃO
SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO PERÍODO
FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014**

(valores em Euros)

BALANÇO

30.06.14

ACTIVO						PASSIVO				
Código		30.06.14			31.12.13		Código		30.06.14	31.12.13
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido				
	Outros Activos									
32	Activos Fixos Tangíveis das SIM					61	Unidades de Participação	12 899 450	13 323 565	
33	Activos Intangíveis das SIM					62	Variações Patrimoniais	(13 796 747)	(12 545 115)	
	<i>Total de Outros Activos das SIM</i>					64	Resultados Transitados	50 702 854	47 794 971	
	Carteira de Títulos					65	Resultados Distribuídos			
21	Obrigações	28 153 288	804 598	(125 242)	28 832 644	67	Dividendos Antecipados das SIM			
22	Ações	1 117 465	36 190	(16 644)	1 137 011	66	Resultados Líquidos do Período	1 685 497	2 907 883	
23	Outros Títulos de Capital						<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>51 491 053</u>	<u>51 481 305</u>	
24	Unidades de Participação	21 566 405	1 625 972	(6 222 460)	16 969 917	481	Provisões Acumuladas			
25	Direitos						Para Riscos e Encargos			
26	Outros Instrumentos da Dívida	493 827			493 827		<i>Total das Provisões Acumuladas</i>			
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>51 330 985</u>	<u>2 466 760</u>	<u>(6 364 346)</u>	<u>47 433 399</u>					
	Outros Activos									
31	Outros activos									
	<i>Total de Outros Activos</i>									
	Terceiros									
411+...+418	Contas de Devedores	1 523 211			1 523 211	421	Resgates a Pagar a Participantes	45 429	42 202	
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>1 523 211</u>			<u>1 523 211</u>	422	Rendimentos a Pagar a Participantes			
	Disponibilidades					423	Comissões a Pagar	74 068	73 728	
11	Caixa					424+...+429	Outras contas de Credores		92 622	
12	Depósitos à Ordem	2 245 253			2 245 253	43+12	Empréstimos Obtidos			
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso					44	Pessoal			
14	Certificados de Depósito					46	Acionistas			
18	Outros Meios Monetários						<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>119 496</u>	<u>208 552</u>	
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>2 245 253</u>			<u>2 245 253</u>		Acréscimos e diferimentos			
	Acréscimos e diferimentos					55	Acréscimos de Custos			
51	Acréscimos de Proventos	413 143			413 143	56	Recitas com Provento Diferido	10 865		
52	Despesas com Custo Diferido					58	Outros Acréscimos e Diferimentos	24 586	0	
53	Outros acréscimos e diferimentos	30 994			30 994	59	Contas transitórias passivas			
58	Contas transitórias activas						<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>35 451</u>	<u>0</u>	
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Activos</i>	<u>444 136</u>			<u>444 136</u>		TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>51 646 000</u>	<u>51 689 856</u>	
	TOTAL DO ACTIVO	<u>55 543 585</u>	<u>2 466 760</u>	<u>(6 364 346)</u>	<u>51 646 000</u>					
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação				<u>2 586 148</u>		Valor Unitário da Unidade Participação	<u>19,9103</u>	<u>19,2728</u>	

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de Junho de 2014

(valores em Euro)

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

30.06.14

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código		30.06.14	31.12.13
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	2 121 679	
	<i>Total</i>	<u>2 121 679</u>	
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		36 546
935	Futuros	5 196 392	6 504 069
	<i>Total</i>	<u>5 196 392</u>	<u>6 540 615</u>
Compromissos de Terceiros			
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	<u>7 318 071</u>	<u>6 540 615</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>6 799 031</u>	<u>8 458 684</u>

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código		30.06.14	31.12.13
Operações Cambiais			
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	2 827 601	
	<i>Total</i>	<u>2 827 601</u>	
Operações Sobre Taxas de Juro			
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
Operações Sobre Cotações			
934	Opções		
935	Futuros	3 971 430	8 458 684
	<i>Total</i>	<u>3 971 430</u>	<u>8 458 684</u>
Compromissos Com Terceiros			
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores recebidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	<u>6 799 031</u>	<u>8 458 684</u>
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	<u>7 318 071</u>	<u>6 540 615</u>

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de Junho de 2014

**IV - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO FUNDO ALTERNATIVO DE
POUPANÇA REFORMA/EDUCAÇÃO SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO
FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014**

(valores em Euros)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Data: 30.06.14

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
Código		30.06.14	30.06.13	Código		30.06.14	30.06.13
	Custos e Perdas Correntes				Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes	474 316	179 842	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	1 034 659	791 075
719	De Operações Extrapatrimoniais			811+814+827+818	De Operações Correntes		74 678
	Comissões e Taxas			819	De Operações Extrapatrimoniais		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	11 822	6 560		Rendimento de Títulos		
724+...+728	Outras Operações Correntes	421 518	425 635	822+...+824+825	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	16 457	23 434
729	De Operações Extrapatrimoniais	20 178	8 307	829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Activos	2 815 949	2 941 820	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Activos	4 425 089	2 943 824
731+738	Outras Operações Correntes			831+838	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	4 757 525	2 968 054	839	Em Operações Extrapatrimoniais	4 724 677	2 817 562
	Impostos				Reposição e Anulação de Provisões		
7411+7421	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incentivos Patrimoniais	15 270	668	851	Provisões para Encargos		
7412+7422	Impostos Indirectos	72	275	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	2 947	374
7418+7428	Outros impostos				<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>10 203 830</u>	<u>6 650 946</u>
	Provisões do Exercício						
751	Provisões para Encargos						
77	Outros Custos e Perdas Correntes	1 683					
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>8 518 333</u>	<u>6 531 160</u>				
79	Outros custos e perdas das SIM			89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>				<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (D)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais				Proveitos e Ganhos Eventuais		22 160
781	Valores Incobráveis			881	Recuperação de Incobráveis		
782	Perdas Extradordinárias			882	Ganhos Extraordinários		22 160
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores			883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		3	888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>		<u>3</u>		<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício						
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>1 685 497</u>	<u>141 943</u>	66	Resultado Líquido do Período (se<0)		
	<i>TOTAL</i>	<u>10 203 830</u>	<u>6 673 106</u>		<i>TOTAL</i>	<u>10 203 830</u>	<u>6 673 106</u>
(8*2/3/4/5)- (7*2/3) 8*9 - 7*9	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Activos	2 648 434	809 951	F - E	Resultados Eventuais [(D)-(C)]		22 157
	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(53 026)	(158 798)	B+D+F-A-C-E+74 B+D+F-A-C-	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	1 700 839	142 886
B-A	Resultados Correntes [(B)-(A)]	1 685 497	119 786	E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	1 685 497	141 943

Relatório e Contas referente ao período findo em 30 de Junho de 2014

V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ALTERNATIVO ABERTO DE POUPANÇA REFORMA/EDUCAÇÃO - SANTANDER POUPANÇA INVESTIMENTO FPR REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2014

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30.06.14	30.06.13
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:	892 114	988 824
Subscrições de unidades de participação	890 085	988 824
Subscrição de ações - categorial especial		
Outras operações com acionistas		
Comissão de subscrição	265	
Comissão de resgate	1 764	
PAGAMENTOS:	2 562 606	3 889 355
Resgates de unidades de participação	2 562 606	3 889 355
Rendimentos pagos aos participantes		
Reembolso de ações - categoria especial		
Rendimentos pagos aos acionistas - categoria especial		
Outras operações com acionistas		
Fluxo das Operações sobre as Unidades do OIC	-1 670 492	-2 900 531
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS:	34 629 622	27 019 156
Venda de títulos e outros ativos da carteira	30 817 228	24 144 710
Reembolso de títulos e outros ativos da carteira	2 599 983	2 041 400
Resgates de unidades de participação noutros OIC		
Rendimento de títulos e outros ativos da carteira	16 457	23 434
Juros e proveitos similares recebidos	1 195 954	809 613
Vendas de títulos e outros ativos da carteira com acordo de recompra		
Outros recebimentos relacionados com a carteira		
Ativos Fixos Tangíveis		
Ativos Intangíveis		
PAGAMENTOS:	33 825 649	24 233 526
Compra de títulos e outros ativos da carteira	33 341 927	24 047 124
Subscrição de unidades de participação noutros OIC		
Subscrição de títulos e outros ativos		
Juros e custos similares pagos	471 900	179 842
Vendas de títulos com acordo de recompra		
Comissões de Bolsa suportadas	403	
Comissões de corretagem	9 759	7 222
Outras taxas e comissões	1 660	-662
Outros pagamentos relacionados com a carteira		
Ativos Fixos Tangíveis		
Ativos Intangíveis		
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos	803 973	2 785 629

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30.06.14	30.06.13
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:	4 724 677	2 817 562
Juros e proveitos similares recebidos		
Operações cambiais	15 190	
Operações de taxa de juro	0	
Operações sobre cotações	4 709 487	2 817 562
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Outras comissões		
Outros recebimentos operações a prazo e de divisas		
PAGAMENTOS:	4 757 525	2 968 054
Juros e custos similares pagos		
Operações cambiais	2 588	35 663
Operações de taxa de juro	0	
Operações sobre cotações	4 754 938	2 932 391
Margem inicial em contratos de futuros e opções		
Comissões em contratos de opções		
Outros pagamentos operações a prazo e de divisas		
Fluxo das Operações a Prazo e de Divisas	-32 848	-150 492
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:	1 918	20
Cobranças de crédito vencido		
Compras com acordo de revenda		
Juros de depósitos bancários	1 918	20
Juros de certificados de depósito		
Comissões em operações de empréstimo de títulos		
Empréstimos obtidos		
Pessoal		
Outros recebimentos correntes	0	
PAGAMENTOS:	452 330	435 403
Comissão de gestão	409 566	416 552
Comissão de depósito	9 016	9 169
Comissão de garantia		
Despesas com crédito vencido		
Juros devedores de depósitos bancários		
Compras com acordo de revenda		
Impostos e taxas	33 748	9 679
Empréstimos obtidos	0	
Pessoal		
Outros pagamentos correntes	0	3
Fluxo das Operações de Gestão Corrente	-450 412	-435 383
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:	0	0
Ganhos extraordinários		
Ganhos imputáveis a exercícios anteriores		
Recuperação de incobráveis		
Outros recebimentos de operações eventuais		
PAGAMENTOS:	0	0
Perdas extraordinárias		
Perdas imputáveis a exercícios anteriores		
Outros pagamentos de operações eventuais		
Fluxo das Operações Eventuais	0	0
Saldo dos Fluxos de caixa do período	-1 349 780	-700 777
Disponibilidades no início de período	3 595 033	5 687 332
Disponibilidades no fim do período	2 245 253	4 986 556

VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

VI - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2014

As notas que se seguem respeitam à numeração definida no Regulamento da CMVM n.º 06/2013 emitido pela CMVM em 12 de Setembro de 2013. As Notas que não constam deste Relatório são “não aplicáveis”.

Nota 1 – Capital do Fundo

Os movimentos ocorridos no capital do Fundo durante o ano de 2014 apresentam o seguinte detalhe:

Descrição	31.12.13	Subscr.	Resgates	Dist.Res	Outros	Res.Per	30.06.14
Valor base	13 323 565	224 439	(648 554)				12 899 450
Diferença p/Valor Base	(12 545 115)	665 646	(1 917 279)				(13 796 747)
Resultados distribuídos	-						-
Resultados acumulados	47 794 971				2 907 883		50 702 854
Resultados do período	2 907 883				(2 907 883)	1 685 497	1 685 497
SOMA	51 481 305	890 085	(2 565 833)	-	-	1 685 497	51 491 053
Nº de Unidades participação	2 671 177	44 997	(130 026)				2 586 148
Valor Unidade participação	19,2728	19,7811	19,7333				19,9103

A relação entre Participante e Unidades de Participação é a seguinte:

Escalões	N.º participantes
Ups >= 25%	0
10% <= Ups < 25%	0
5% <= Ups < 10%	0
2% <= Ups < 5%	0
0.5% <= Ups < 2%	1
Ups < 0.5%	12 173
TOTAL	12174

O valor de cada Unidade de Participação e o valor líquido global do Fundo no final de cada trimestre dos três últimos anos foi o seguinte:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2014	30-06-14	19,9103	51 491 053	2 586 148
	31-05-14	19,8996	51 777 313	2 601 927
	30-04-14	19,8532	51 895 951	2 613 984
	31-03-14	19,8147	51 996 425	2 624 134
	28-02-14	19,7111	51 920 880	2 634 093
	31-01-14	19,4947	51 697 057	2 651 852
Ano 2013	31-12-13	19,2728	51 481 305	2 671 177
	30-09-13	18,5209	50 231 960	2 712 162
	30-06-13	18,2494	50 486 977	2 766 495
	31-03-13	18,1744	51 551 499	2 836 475
Ano 2012	31-12-12	18,2125	53 163 095	2 919 031
	30-09-12	17,8212	53 480 041	3 000 908
	30-06-12	17,4895	54 185 796	3 098 176
	31-03-12	17,6229	57 107 092	3 240 490

Nota 3 – Carteira de Títulos

Em 30 de Junho de 2014 esta rubrica tinha a seguinte decomposição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Títulos dívida Pública						
PGB 4.45% 15/06/2018	551 650		(6 420)	545 230	975	546 205
PGB 4.75% 14/06/2019	971 559	55 078		1 026 638	2 049	1 028 686
OT 4.8% 15/06/2020	1 617 983		(7 816)	1 610 167	3 051	1 613 218
PGB5 5.65% 15/2/24	1 192 500		(34 470)	1 158 030	21 052	1 179 082
OT 3.35% 10/15/15	495 368		(2 199)	493 169	11 315	504 484
	4 829 060	55 078	(50 905)	4 833 234	38 442	4 871 676
-Obrigações diversas						
CXGD 3.75% 18/1/18	398 480	34 720		433 200	6 740	439 940
	398 480	34 720	-	433 200	6 740	439 940
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Títulos dívida Pública						
DBR 4.25% 4/7/2039	1 758	717		2 475	74	2 549
SPGB 1.8% 30/11/24	268 770	10 418		279 188	2 836	282 024
CM 2,875% 6/4/19	1 004 200	49 350		1 053 550	11 421	1 064 971
BTPS 4.25% 1/9/19	929 159	98 462		1 027 622	12 709	1 040 330
	2 203 887	158 947	-	2 362 834	27 040	2 389 875

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Eur.Tobaco 14/02/15	2 368 000	126 750		2 494 750	24 546	2 519 296
BESPL 3% 19/05/2015	494 375	5 095		499 470	1 753	501 223
SANTAN 1,45% 29/1/16	599 850	5 850		605 700	3 647	609 347
AYTCED 4,25% 14/6/18	1 274 016	45 348		1 319 364	2 375	1 321 739
Kutxa Bk 4.38 09/15	838 800		(5 592)	833 208	26 304	859 512
CABK 3.25% 22/1/16	996 710	41 510		1 038 220	14 247	1 052 467
CEDTDA 4.25% 10/4/31	521 750	7 555		529 305	4 774	534 079
BMARE 3,125% 21/1/19	798 976	56 352		855 328	11 027	866 355
BKT 2.75% 26/7/16	1 321 450	30 849		1 352 299	33 301	1 385 600
POP 4.125% 9/4/18	1 435 460		(130)	1 435 330	12 194	1 447 524
CAJAR 3.375% 16/5/16	1 342 555	7 846		1 350 401	5 529	1 355 930
Portel 5.875% 04/18	-	0		-	10 865	10 865
Eirles altis 12/2016	523 942		(27 392)	496 549	99	496 648
ISPIM 4.8% 5/10/17	769 510		(1 400)	768 110	24 763	792 873
UBIIM 3% 3/12/14	222 354		(1 144)	221 210	505	221 715
ISP 4.8755% 10/7/15	525 025		(4 905)	520 120	23 774	543 894
Fortis 09/03/2020	500 000		(16 250)	483 750	4 850	488 600
Gazprom 8.125% 02/15	322 989		(2 139)	320 850	10 144	330 994
EDP 2,625% 15/4/19	471 542	7 614		479 156	2 630	481 787
REN 4.75% 16/10/20	699 020	95 431		794 451	23 412	817 863
EDP 3.25% 16/03/2015	1 322 360		(5 460)	1 316 900	12 386	1 329 286
BESPL 4.75% 15/1/18	794 792	20 008		814 800	17 386	832 186
RENEP 4.125% 31/1/18	697 676	54 824		752 500	11 946	764 446
GALP 4,125% 25/1/19	703 129	44 121		747 250	12 420	759 670
BESPL 5,875% 9/11/15	697 655	6 699		704 354	26 365	730 719
	20 241 936	555 852	(64 412)	20 733 376	321 241	21 054 617
-Ações						
MAP SM EQUITY	105 669		(3 784)	101 885		101 885
LAR ESPANA RE Equity	101 910		(5 096)	96 815		96 815
InmobiliariaColonial	68 340		(1 784)	66 556		66 556
Gestevisión Tele 5	105 697	8 342		114 039		114 039
Thales SA	155 647		(2 978)	152 669		152 669
WPP PLC EQUITY	106 280	488		106 768		106 768
PIRELLI & C. Equity	80 053	967		81 020		81 020
TNT EXPRESS NV - W/I	133 484		(3 002)	130 481		130 481
ERIKSON LM-B SWEDEN	103 688	1 304		104 992		104 992
	960 768	11 101	(16 644)	955 225	-	955 225
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-U.P. FIM Fechados						
ISHARES SP500 ETF	1 826 501	162 788		1 989 289		1 989 289
	1 826 501	162 788	-	1 989 289	-	1 989 289
-Ações						
TESLA MOTORS INC	53 071	18 278		71 349		71 349
Newmont Mining Corp	103 626	6 811		110 437		110 437
	156 697	25 089	-	181 786	-	181 786
2. OUTROS VALORES						
<i>Val. Mobiliários nacionais não cotados</i>						
-Obrigações diversas						
GE 0% 29/1/16	479 925		(9 925)	470 000		470 000
	479 925	-	(9 925)	470 000	-	470 000
<i>Outros instrumentos de dívida</i>						
-Papel comercial						
PC ESFIL 0% 1/9/14	493 827			493 827	4 047	497 874
	493 827	-	-	493 827	4 047	497 874

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS <i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO <i>Unidades de participação</i>						
OIC domiciliados em Portugal						
Sant.Acções Portugal	1 236 212	434 900		1 671 112		1 671 112
Explorer I	306 970		(48 332)	258 637		258 637
Explorer - II	450 221		(243 339)	206 882		206 882
FIIF Imosaúde	343 000	63 282		406 282		406 282
Fundo Lusimovest	2 632 634	297 553	(419 996)	2 510 191		2 510 191
Vision Escritórios	4 057 899		(2 090 395)	1 967 504		1 967 504
	9 026 935	795 736	(2 802 063)	7 020 609	-	7 020 609
OIC domiciliados Estado membro UE						
SALAR FUND PLC E1€	1 257 632	55 967		1 313 599		1 313 599
INVESCO PAN EUR EQ	1 056 205	20 716		1 076 921		1 076 921
Alken Fd- Eur Opp- R	541 318	306 992		848 311		848 311
BGF-€ Mark Fund-€D2	784 870	283 773		1 068 643		1 068 643
IGNIS ABS RT GOVT	1 590 000		(2 263)	1 587 737		1 587 737
Ishares Euro Corp EF	2 082 944		(18 134)	2 064 810		2 064 810
Lux Invest Plus - B	3 400 000		(3 400 000)	0		0
	10 712 969	667 448	(3 420 397)	7 960 020	-	7 960 020
TOTAL	51 330 985	2 466 760	(6 364 346)	47 433 399	397 510	47 830 909

O movimento ocorrido na rubrica Disponibilidades, durante o ano de 2014 foi o seguinte:

Descrição	31.12.13	Aumentos	Reduções	30.06.14
Numerário				
Depósitos à ordem	3 595 033	43 828 389	45 178 169	2 245 253
Depósitos a prazo e com pré-aviso				
Certificados de depósito				
Outras contas de disponibilidades				
TOTAL	3 595 033	43 828 389	45 178 169	2 245 253

Nota 4 – Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras do Fundo foram preparadas de acordo com o definido pelo Decreto-Lei n.º 63-A/2013 de 10 de Maio e pelas Normas Regulamentares emitidas pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre a contabilização das operações dos Organismos de Investimento Colectivo.

a) Carteira de Títulos

A valorização dos activos que compõem a carteira do Fundo é efectuada de acordo com as seguintes regras:

Para valores mobiliários cotados

- Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflecte os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transacções.
- Para a valorização de activos cotados, é tomada como referência a cotação de fecho ou o preço de referência divulgado pela entidade gestora do mercado onde os valores se encontram cotados do dia da valorização ou o último preço conhecido quando aqueles não existam.
- Para a valorização de Obrigações cotadas ou admitidas à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço disponível no momento de referência do dia a que respeita a valorização.
- No caso de não existir preço disponível, é considerada a última oferta de compra firme, ou na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os activos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.
- Na indisponibilidade do ponto acima referido, é considerado o valor resultante da aplicação de modelos teóricos que a Entidade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do título, nomeadamente o modelo dos cash-flows descontados.
- Para a valorização de instrumentos derivados, cotados ou admitidos à negociação num mercado regulamentado, é considerado o preço de referência do dia a que respeita a valorização.

Para valores mobiliários não cotados

- A valorização de valores em processo de admissão à cotação tem por base a valorização de valores mobiliários da mesma espécie, emitidos pela mesma entidade e admitidos à cotação, tendo em conta as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.
- A valorização dos activos não cotados tem em conta o seu presumível valor de realização e assentará em critérios que tenham por base o valor das ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas, desde que estas entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora.

- Na impossibilidade de aplicação do referido, recorrem-se a modelos de avaliação utilizados e reconhecidos universalmente nos mercados financeiros, assegurando-se que os pressupostos utilizados na avaliação têm aderência a valores de mercado.
- Para a valorização das Obrigações não cotadas nem admitidas à negociação em mercado regulamentado, será considerado o presumível valor de oferta de compra firme ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os activos em causa se enquadram, desde que estas entidades não se encontrem e relação de domínio ou de grupo, nos termos do artigos 20.º e 21.º do Códigos dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na indisponibilidade deste, num prazo máximo de 15 dias, será considerado o valor resultante da aplicação de modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros que a Entidade Gestora considere mais apropriado atendendo às características dos títulos.
- São equiparados a valores não cotados, para efeitos de valorização, os valores cotados que não sejam transaccionados nos 15 dias que antecedem a respectiva valorização.
- Para a valorização de instrumentos financeiros derivados OTC, será considerado o preço de compra ou de venda firme, consoante se trate de posições compradas ou vendidas respectivamente; na indisponibilidade deste será considerado, o valor médio das ofertas de compra e venda, difundidas por entidades financeiras de reconhecida credibilidade no mercado em que os activos em causa se enquadram, desde que as entidades não se encontrem em relação de domínio ou de grupo, nos termos dos artigos 20.º e 21.º do Código dos Valores Mobiliários, com a Entidade Gestora. Na ausência deste último, será considerado o valor resultante da aplicação do modelo de avaliação Black-Scholes, à excepção dos Credit Default Swaps com maturidade inferior a doze meses os quais serão valorizados ao valor de amortização, caso não ocorram eventos de crédito que possam originar variações no preço do valor de amortização.

Valorização cambial

- Os activos denominados em moeda estrangeira serão avaliados ao câmbio indicativo do Banco de Portugal do próprio dia, difundido através do sistema “Reuters”.

b) Valorização das Unidades de Participação

O valor líquido do Fundo é determinado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação.

O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.

A rubrica de Variações Patrimoniais resulta da diferença entre o valor de subscrição ou resgate relativamente ao valor base da unidade de participação, na data de subscrição ou resgate, respectivamente.

c) Contractos de “Futuros”

As posições abertas em contractos de Futuros são reflectidas em contas extra-patrimoniais, sendo valorizadas diariamente com base nas cotações de mercado. Os lucros e prejuízos realizados ou potenciais são reconhecidos em proveitos ou custos do período na rubrica “Ganhos ou Perdas em Operações Financeiras”, sendo os ajustamentos de cotações diários reflectidos em contas de “Acréscimos e diferimentos” e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

A margem inicial associada aos respectivos contractos é registada na rubrica “Contas de devedores”.

d) Especialização dos exercícios

O Fundo regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

e) Impostos

Em conformidade com o artigo 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, os rendimentos obtidos pelos fundos de investimento poupança - reforma estão isentos de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, com excepção dos dividendos de acções nacionais quando os respectivos títulos são detidos por um período inferior a um ano, sendo nessa situação tributados à taxa de 20% ou 25% consoante o seu pagamento tenha ocorrido antes ou a partir de 1 de Janeiro de 2012, respectivamente. Estes Fundos podem ser sujeitos a imposto no estrangeiro sobre rendimentos que obtiverem de outros países.

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

Em 30 de Junho de 2014, o Fundo mantinha as seguintes posições cambiais abertas:

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Futuros	Forwards	Swaps	Opções	Total a prazo	
USD	1 513 599	(3 861 937)	-	-	-	(3 861 937)	(2 348 339)
SEK	961 939	-	-	-	-	-	961 939
CHF	100 663	2 579 112	-	-	-	2 579 112	2 679 776
GBP	129 319	-	-	-	-	-	129 319
Contravalor Euro	1 456 602	(705 922)	-	-	-	(705 922)	750 680

Nota 12 – Exposição ao Risco de Taxa de Juro

À data de 30 de Junho de 2014 o Fundo detinha activos de taxa de juro fixa cuja maturidade é seguinte:

Maturidades	Montante em Carteira	Extra-Patrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	2 881 091	-	-	-	-	2 881 091
de 1 a 3 anos	7 511 954	-	-	-	-	7 511 954
de 3 a 5 anos	10 357 248	-	-	-	-	10 357 248
de 5 a 7 anos	3 471 411	-	-	-	-	3 471 411
mais de 7 anos	1 997 734	-	-	-	-	1 997 734

O valor apresentado inclui o valor total do activo em carteira incluindo o respectivo juro decorrido.

Nota 13 – Cobertura do Risco Cotações

Em 30 de Junho de 2014, o Fundo apresenta a seguinte exposição ao risco cotações:

ACÇÕES E VALORES	MONTANTE (EURO)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Acções	1 137 011	5 196 392	-	6 333 403
UP's	16 969 917	(3 971 430)	-	12 998 487

Nota 14 – Perdas Potenciais em Produtos Derivados

O cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efectuado pelo Fundo através da abordagem baseada nos compromissos, a qual corresponde, conforme definido pelo Artigo 17º do Regulamento nº 5/2013 (emitido em 7 de Setembro de 2013), ao somatório, em valor absoluto, dos seguintes elementos:

- Valor de posições equivalentes nos activos subjacentes relativamente a cada instrumento financeiro derivado para o qual não existam mecanismos de compensação e de cobertura do risco;

b) Valor de posições equivalentes nos activos subjacentes relativamente a instrumentos financeiros derivados, líquidas após a aplicação dos mecanismos de compensação e de cobertura do risco existentes; e

c) Valor de posições equivalentes nos activos subjacentes associadas a técnicas e instrumentos de gestão, incluindo acordos de recompra ou empréstimo de valores mobiliários.

Apresenta-se de seguida o cálculo reportado a 30 de Junho de 2014, com comparativo reportado a 31 de Dezembro de 2013:

	Perda potencial no final do período	Perda potencial no final do exercício anterior
Carteira Sem Derivados	51 522 270	51 481 305
Carteira Com Derivados	37 405 168	34 048 850
	27.4%	33.9%

Nota 15 – Custos Imputados

No período de 2014 foram imputados ao Fundo os seguintes custos:

Custos	Valor	%VLGF
Comissão de Gestão		
<i>Componente Fixa</i>	408 395	0,79%
Comissão de Depósito	8 990	0,02%
Taxa de Supervisão	4 133	0,01%
Custos de Auditoria	1 683	0,00%
Outros Custos	-	0,00%
TOTAL	423 201	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES		0,82%

Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do período findo em 30 de Junho de 2014 são comparáveis com as Demonstrações Financeiras apresentadas relativamente ao período anterior apresentado.